

EDITORIAL

NOVAS CONQUISTAS E OS “MOINHOS DE VENTOS”

Não é novidade para os profissionais que trabalham na divulgação da produção científica o quanto é difícil criar o primeiro número de um periódico comprometido com a pesquisa em alguma área da ciência. Inúmeras barreiras são enfrentadas. Algumas fazem parte de um processo natural na formalização do sonho: a gestação das idéias na elaboração do projeto, seu desenvolvimento gradual por meio de um consenso, características que deverá ter, elaboração de regimento, normas, estrutura administrativa, identificação da publicação, composição do Conselho Editorial, captação e tramitação dos artigos. Outras dependem do meio em que ele está nascendo, da contextualização, dentre elas destacando-se, de modo geral, as dificuldades em conseguir colaboração e apoio: reuniões e reuniões, muitas oposições e críticas nem sempre válidas, baseadas em suposições e não em fatos, as quais mais desagregam do que colaboram com um debate saudável em função do objetivo final. Nosso primeiro número não fugiu à regra, mas com empenho e muita obstinação todos os desafios e dilemas foram superados. Vencemos essa primeira etapa com a publicação do volume inaugural de nossa revista.

Mais difícil, contudo, é manter um periódico, observando a periodicidade desejada, regularidade em relação aos prazos, quantidade e qualidade dos artigos, entre outras exigências dos órgãos avaliadores, como a Coordenação

de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que gerencia a Base Qualis de periódicos científicos, responsável pela classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Em artigo intitulado *O Editor e os “Moinhos de Ventos”*¹, a professora Joana Coeli Ribeiro Garcia² observa:

Ser editor, no Brasil, é uma tarefa difícil, mesmo quando nos referimos a uma editora comercial. Ainda assim, não se podem desconsiderar as histórias maravilhosas vividas e contadas por vários editores, principalmente ao saírem vitoriosos da luta contra os “moinhos de vento” que perpassam todo o ciclo da produção editorial. [...] Ser editor de periódico científico, ligado a instituições de ensino superior, é encetar uma luta contra “moinhos” infinitamente maiores. Por que, então, algumas pessoas continuam a desempenhar essa função? Porque, igual a Dom Quixote, também para elas a luta se torna um devaneio; porque ao editor compete, dentre outras atribuições, concluir o processo de produção científica, divulgar os resultados de pesquisa, fazer circular o conhecimento; porque, aliado ao autor, ele assume a responsabilidade social com o desenvolvimento da ciência; porque a publicação se torna uma espécie de prestação de contas à sociedade da utilização dos recursos recebidos. E, se nenhuma das respostas acima for suficiente, os editores são também abnegados, teimosos, renitentes e despertam, de cada sonho, com um novo sonho. Por isso editam e publicam.

Ao desafiar outro “moinho de vento”, a revista *Interações – Cultura e Comunidade* entra agora no seu segundo número, desta vez contando com o apoio incondicional da nova direção da Faculdade Católica de Uberlândia e de vários Sanchos Panças. O número de pesquisadores e pessoas interessadas na revista aumentou consideravelmente: recebemos mais de 60 artigos para avaliação, grande parte vindos de instituições externas, o que representa uma vitória, tendo em vista o pouco tempo de existência de nossa publicação. Ficamos também orgulhosos de poder apresentar resultados práticos do esforço e dedicação

¹ Disponível em: <http://ies.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/609/446>. Acesso em: 26 nov. 2007.

² Doutora em Ciência da Informação pela UFRJ/IBICT; professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação/ UFPB.

de nossos docentes que nos enviaram seus artigos. Tivemos ainda, na medida do possível, e em meio a dificuldades de transição de gestão institucional, uma participação maior e bem mais positiva da comunidade acadêmica interna. A colaboração externa, por sua vez, em sua distribuição geográfica diversificada, garante a abertura da revista para pesquisadores e docentes de outras instituições de ensino superior em vários centros do país. Todas essas conquistas serão conservadas e ampliadas nos próximos números de Interações.

A princípio com periodicidade anual, a partir desse número a revista transforma-se em periódico regular semestral e passará a ser divulgada nas versões impressa e eletrônica. Concebida em seu projeto de criação como Multidisciplinar II, de acordo com a Tabela das Áreas do Conhecimento do CNPq, com área de concentração em Cultura e Comunidade, cobrindo o amplo *spectrum* das Ciências Sociais e Humanidades, esta publicação, já em seu próximo número, direcionará seu foco para o campo de estudos das Ciências da Religião. Trata-se de uma área nova em expansão, que faz intersecção com várias ciências e subáreas do conhecimento, tais como Filosofia da Religião, Teologia, Antropologia, Sociologia da Religião, Psicologia da Religião, só para citar as mais referidas, o que permitirá à revista manter seu caráter multidisciplinar, mesmo sendo dedicada a ampliar os conhecimentos de uma área específica do saber.

Com todas essas boas-novas, Interações – Cultura e Comunidade dá um passo significativo para a afirmação de sua identidade, rumo à sua busca de cidadania e ao seu projeto de indexação no Qualis/CAPES. Tendo em vista esses objetivos, desenvolverá ações que melhorem cada vez mais a qualidade de suas colaborações, contribuindo, dessa forma, para o aumento de compromisso dos pesquisadores com o conhecimento científico atualizado.

Este segundo número abre-se com dois artigos sobre temas relacionados à cidadania. No primeiro, Kelen Christina Leite, em seu estudo sobre o MAUSS (Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais), examina em profundidade a Teoria da Dádiva e o papel da Economia Solidária em relação aos novos direitos e deveres cidadãos, lançando luzes para uma compreensão do mundo capitalista num quadro mais amplo que envolve não apenas a racionalidade econômica, mas também outros aspectos da vida em sociedade, que costumam ser desprezados por grande número de intelectuais. Maria

Guimarães da Silva, no segundo artigo, intitulado *Processo de Trabalho e Serviço Social*, ao discutir os princípios que regulam a profissão do Assistente Social, articula, de maneira exemplar, a questão social à emancipação e cidadania.

Na mesma linha e diretamente ligado à práxis política, o artigo *Identidade militar e resistência: soldados em greve*, de Juniele Rabêlo de Almeida, faz uma investigação sobre os novos valores que despontaram no movimento reivindicatório dos PMs de Minas Gerais, ocorrido em 1997. A ação coletiva dos resistentes caracterizou uma luta em prol da identidade militar que influenciou vários Estados: “como praças adquiriram o estatuto de cidadãos armados”.

Numa outra linha, Olavo P. Calábria apresenta uma reflexão filosófica sobre drogas e relações familiares, em seu instigante texto intitulado *Dependência química e liberdade: a filosofia e o tratamento da co-dependência*, no qual aborda os grupos de tratamento anônimos e as intervenções inadequadas dos co-dependentes no que diz respeito à liberdade e autodeterminação. A interface com a saúde é tratada por Erlândia Silva Pereira em resultado de pesquisa intitulada *Prática educativa: a Unibiótica como estratégia para melhorar a qualidade de vida*. Utilizando essa forma de tratamento como estratégia, a autora mostra a importância de se trabalhar com grupos, quando são direcionados a uma vivência de promoção do desenvolvimento humano que conduz à emancipação.

Questões relativas à identidade e desigualdades sociais aparecem em três trabalhos. Márcio Mucedula Aguiar expõe em seu artigo sobre o Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio os aspectos históricos de criação desse clube negro que contribuíram para a formação da identidade negra positiva e seu papel na constituição de outras organizações congêneres na cidade de São Carlos (SP). Os outros dois dirigem o foco de sua atenção às áreas urbanas. Em seu texto *Dissimilaridade sócio-econômica e racial nas cidades brasileiras*, Dimas E. Soares Ferreira utiliza indicadores demográficos (renda, escolaridade e acesso a bens coletivos e serviços públicos) para sustentar a posição de que a segregação sócio-econômica e racial nas grandes cidades brasileiras tem relação com a formação de guetos periféricos negros e de zonas azuis predominantemente brancas. Ainda nessa linha temática, Carolina Grande, em seu artigo sobre a construção das identidades de indivíduos que migraram para as cidades satélites de Brasília, faz um estudo para mostrar as dificuldades de

adaptação e construção de uma nova identidade social desses moradores.

A interface com a educação é tratada nesse número em cinco artigos, agrupados no dossiê Educação e Contexto. Sob focos analíticos diversos, os textos apresentam contribuições à temática da educação no universo escolar, ressaltando aspectos da dimensão sócio-cultural no contexto da globalização e/ou das políticas públicas. No quadro de análise sobre a diluição de fronteiras entre o local e o global, e apoiadas em experiências realizadas no UNILA-SALLE (RS), as pesquisadoras Cleusa Maria Gomes Graebin e Rejane Silva Penna, no artigo *Experiências, saberes e fazeres: possibilidades de articulação entre universidade e culturas locais*, mostram que as interações que a educação superior desenvolve com as culturas locais têm reflexos positivos para professores e alunos, melhorando a qualidade de ensino e aprimorando o espírito acadêmico. No contexto teórico-metodológico da história da educação, Angélica Pinho Martins Rocha e Sandra Cristina Fagundes de Lima, no texto sobre a história da Escola Rural Cruzeiro dos Peixotos (MG), utilizam fotografias antigas como fonte de pesquisa para uma compreensão mais ampliada do universo escolar em seu envolvimento com a comunidade. Pelas fotos, mais que nos documentos escritos, podem-se apreender as noções de hierarquia, relações de poder, bem como gestos e posturas que compõem a cultura escolar. Em outra direção, buscando contribuir com a história da educação infantil oficial no Brasil, Ana Beatriz Mugnato Pacheco faz uma pesquisa documental tomando como base a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases, de 1996. A análise empreendida procura compreender as inquietações da época em relação ao atendimento infantil. Um estudo sobre os princípios teóricos da educação inclusiva nas políticas públicas é contemplado no artigo de Ana Lúcia Martins Kamimura, *Os princípios da inclusão e exclusão: uma relação sutil*. A autora apresenta várias abordagens de pensadores e estudiosos do tema, dando ênfase ao pensamento foucaultiano para compreender o binômio inclusão/exclusão nas relações de poder que permeiam as instituições e as relações sociais. Encerrando esse número, o artigo de Silvani A. R. Paiva e Mara Rúbia A. Marques, *As implicações e contribuições das políticas de financiamento na escola pública de Minas Gerais para a prática docente*, faz um mapeamento do que acontece no cotidiano das escolas investigadas, com o objetivo de chamar a atenção para o conjunto de contradições envolvidas nas inovações trazidas pelos projetos de natureza neoliberal oriundos de instâncias burocráticas na-

cionais e internacionais.

Antes de concluir esse editorial, gostaríamos de agradecer, em nome do Conselho Editorial, a todos que colaboraram nessa edição – autores, pareceristas, instituições, e principalmente aqueles que fizeram torcida positiva e souberam conjugar o trabalho dedicado ao espírito de pesquisa científica, caracterizado pela humildade e respeito ao outro na busca da verdade. Só com esse espírito a revista *Interações – Cultura e Comunidade* pode manter-se firme na divulgação de trabalhos científicos em âmbito nacional.

A todos, boa leitura!

Sérgio de Siqueira Camargo

Diretor Geral da Faculdade
Católica de Uberlândia

Vani Terezinha de Rezende

Coordenadora Editorial